



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
CASA CIVIL

Ofício nº 521.

Palmas, 31 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
**DIVINO ALLAN SIQUEIRA**  
Secretário Executivo da Governadoria  
N E S T A

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 552/2021/SEGOV.**

Senhor Secretário,

Tendo em vista a solicitação constante do Ofício nº 552, de 28 de maio de 2021, SGD nº 2021/09019/4778, subscrito por Vossa Excelência, por meio do qual requestou informações à respeito do item “A” do Requerimento nº 00470/2021 – CPI-PANDEMIA, listo abaixo os Decretos editados pelo Chefe do Poder Executivo e publicados em Diário Oficial do Estado, que trataram sobre a declaração de utilidade pública no Tocantins em razão da pandemia provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2:

I – **Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020** – Publicado em 21 de março de 2020 na Edição nº 5.567 do Diário Oficial do Estado, declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, afetado pela confirmação de casos da COVID-19 (novo Coronavírus), configurando desastre que pode ser classificado e codificado de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre – COBRADE como 1.5.1.1.0, nos termos da IN/MI 02/2016;

II – **Decreto nº 6.156, de 18 de setembro de 2020** – Publicado em 18 de setembro de 2020 na Edição nº 5.688 do Diário Oficial do Estado, e, alterando a redação do *caput* do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, declara, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21 de março de 2020, estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, afetado pela confirmação de casos da COVID-19 (novo Coronavírus), configurando desastre que pode ser classificado e codificado de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre - COBRADE como 1.5.1.1.0, nos termos da IN/MI 02/2016;

SGD:2021/09029/002655





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
CASA CIVIL

III – **Decreto nº 6.202, de 22 de dezembro de 2020** – Publicado em 22 de dezembro de 2020 na Edição nº 5.751 do Diário Oficial do Estado, prorroga, até 30 de junho de 2021, a declaração de estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelo Decreto 6.156, de 18 de setembro de 2020.

Sendo o que me bastava e destacando os bons préstimos desta Casa, coloco-nos à disposição para quaisquer informações adicionais.

Atenciosamente,

**Rolf Costa Vidal**  
Secretário-Chefe

SGD:2021/09029/002655





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### DECRETO Nº 6.072, de 21 de março de 2020.

- \*Vide Decreto 6.083, de 13 de abril de 2020, DOE 5.580.
- \*Vide Decreto 6.086, de 22 de abril de 2020, DOE 5.585.
- \*Vide Decreto 6.087, de 27 de abril de 2020, DOE 5.588.
- \*Vide Decreto 6.099, de 28 de maio de 2020, DOE 5.611.
- \*Vide Decreto 6.112, de 29 de junho de 2020, DOE 5.631.
- \*Vide Decreto 6.128, de 31 de julho de 2020, DOE 5.655.
- \*Vide Decreto 6.143, de 31 de agosto de 2020, DOE 5.676.
- \*Vide Decreto 6.156, de 18 de setembro de 2020, DOE 5.688.
- \*Vide Decreto 6.159, de 30 de setembro de 2020, DOE 5.696.
- \*Vide Decreto 6.175, de 29 de outubro de 2020, DOE 5.715.
- \*Vide Decreto 6.185, de 25 de novembro de 2020, DOE 5.732.
- \*Vide Decreto 6.202, de 22 de dezembro de 2020, DOE 5.751.
- \*Prazo prorrogado pelo Decreto 6.203, de 30 de dezembro de 2020, DOE 5.756.
- \*Prazo prorrogado pelo Decreto 6.211, de 29 de janeiro de 2021, DOE 5.777.
- \*Prazo prorrogado pelo Decreto 6.222, de 26 de fevereiro de 2021, DOE 5.797.
- \*Vide Decreto 6.230, de 12 de março de 2021, DOE 5.807.

Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19 (novo Coronavírus) – Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0, e adota outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 7º, inciso VII, da Lei Federal 12.608, de 10 de abril 2012, c/c o art. 2º, inciso IV, do Decreto Federal 7.257, de 4 de agosto de 2010, no Decreto Federal 10.282, de 20 de março de 2020, e no inciso III do art. 2º da Instrução Normativa 2, do Ministério da Integração Nacional, de 20 de dezembro de 2016, e

**CONSIDERANDO** a pandemia da COVID-19 – novo Coronavírus, tal como declarada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, e que, em tal conjuntura, seus reflexos transcendem os já graves e profundos problemas inerentes à saúde pública e chegam a atingir desde a economia global até a local, tornando indispensáveis medidas saneadoras urgentes e especiais, que se perfazem de modo extraordinário e em montantes vultosos, eventualmente, acima do previsto no Orçamento Estadual,

### DECRETA:

#### CAPÍTULO I DO ESTADO DE CALAMIDADE

~~Art. 1º É declarado estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, afetado pela confirmação de casos da COVID-19 (novo~~



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

~~Coronavírus), configurando desastre que pode ser classificado e codificado de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre – COBRADE como 1.5.1.1.0, nos termos da IN/MI 02/2016.~~

**Art. 1º** É declarado, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21 de março de 2020, estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, afetado pela confirmação de casos da COVID-19 (novo Coronavírus), configurando desastre que pode ser classificado e codificado de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre - COBRADE como 1.5.1.1.0, nos termos da IN/MI 02/2016. [\(Redação dada pelo Decreto 6.156, de 18 de setembro de 2020, DOE 5.688\).](#)

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste Decreto, nos termos do art. 65 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública, econômico-orçamentária e social decorrente da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), ficam os dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual autorizados a baixar os atos e adotar as providências subsequentes necessárias ao cumprimento deste Decreto, sendo dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens e serviços necessários às atividades de resposta, de prestação de serviços e de obras relacionadas à correspondente reabilitação do cenário estadual.

**Art. 2º** É autorizada, mediante ato fundamentado do Secretário de Estado da Saúde:

I – a requisição de bens ou serviços de pessoas naturais e jurídicas, em especial de médicos e de fornecedores, incluindo-se dentre a categoria de bens os equipamentos de proteção individual (EPI), medicamentos, leitos de UTI e produtos de limpeza, observada a convocação expressa e assegurada a posterior indenização;

II – a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na ANVISA, desde que registrados por autoridade sanitária estrangeira e estejam previstos em ato do Ministério da Saúde;

III – nos termos do disposto no art. 4º da Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, a aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 (novo Coronavírus), mediante dispensa de licitação;

IV – a convocação de todos os profissionais da saúde, agentes públicos vinculados ao Poder Executivo Estadual, bem como os prestadores de serviços de saúde, para o cumprimento de eventuais escalas de emergência que possam ser estabelecidas pelas respectivas chefias, consoante dispuser ato do Secretário de Estado da Saúde.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Parágrafo único. Incumbe à Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO prestar o apoio necessário ao cumprimento do disposto neste artigo.

### CAPÍTULO II DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL - COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS)

**Art. 3º** Os respectivos conceitos aplicados à matéria e as medidas gerais de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional - COVID-19, no âmbito do Estado do Tocantins, são os constantes da Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispondo os artigos subsequentes deste Decreto sobre medidas específicas.

#### Seção I Das Vedações

**Art. 4º** Ficam vedadas, pelo período de 30 dias a contar da publicação deste Decreto, em todo o território do Estado do Tocantins, em consonância com o disposto na Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – a prestação de serviço de transporte coletivo urbano e rural, bem como o transporte coletivo intermunicipal de passageiros, público e privado, que exceda à metade da capacidade de usuários sentados;

II – a realização de eventos e de reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, em que ocorra a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único. Incumbe aos órgãos e entidades fiscalizadoras, vinculados ao Poder Executivo Estadual, adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

#### Seção II Das Restrições

**Art. 5º** As visitas às unidades prisionais e socioeducativas, bem como a hospitais da rede pública sofrerão restrições mediante atos normativos expedidos, respectivamente, pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, Secretário de Estado da Cidadania e Justiça e Secretário de Estado da Saúde.

#### Seção III Das Recomendações

**Art. 6º** Recomenda-se aos Chefes de cada Poder Executivo Municipal que adotem providências no sentido de determinar:



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

I – em reforço ao disposto no art. 4º deste Decreto, aos operadores de transporte coletivo urbano e rural, bem assim aos responsáveis por veículos em geral, o cumprimento dos seguintes protocolos:

a) realização de limpeza minuciosa diária dos veículos com utilização de produtos que impeçam a propagação do vírus;

b) higienização do sistema de ar-condicionado;

c) disponibilização, em local de fácil acesso aos passageiros, preferencialmente na entrada e na saída dos veículos, de álcool em gel 70%;

d) manutenção de alçapões de teto e de janelas abertas para manter o ambiente arejado, sempre que possível;

II – a proibição de se realizarem atividades e serviços privados não essenciais, bem assim determinar o fechamento de *shopping centers*, centros comerciais, galerias, feiras, bares e restaurantes, excetuando-se os prestadores de serviços exclusivos de entrega (*delivery*), as farmácias, clínicas de atendimento na área da saúde, os supermercados, as agências bancárias e os postos de combustíveis, observado o disposto no Decreto Federal 10.282, de 20 de março de 2020;

III – aos estabelecimentos comerciais e industriais, o oferecimento de material para cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos, da utilização de produtos assépticos durante o trabalho, como álcool em gel 70%, e para a observância da etiqueta respiratória, bem assim a adoção de sistemas de escala, revezamento ou alteração de jornada, a fim de reduzir o fluxo de pessoas;

IV – aos fornecedores e comerciantes, o estabelecimento de limites quantitativos para a aquisição de bens essenciais à saúde, à higiene e à alimentação, sempre que necessário, para evitar o esvaziamento do estoque de tais produtos;

V – aos estabelecimentos comerciais, a fixação de horários ou setores exclusivos para atender aos clientes com idade igual ou superior a 60 anos e àqueles que integrem grupos de risco, conforme autodeclaração.

§1º Incumbe ao PROCON/TO baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo, conforme o caso, e à Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO prestar o devido apoio às atividades derivadas do disposto neste artigo.

§2º As ações de segurança pública para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 devem ser implementadas em coordenação com a Secretaria da Segurança Pública.

## CAPÍTULO III



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL - COVID-19 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

#### Seção I

#### Da Jornada de Trabalho e do Revezamento

**Art. 7º.** Observado o disposto no Decreto Estadual 6.066/2020, é mantida, nos mesmos termos, a jornada de 6 horas diárias de trabalho nas unidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, fixada das 8h às 14h, ficando os dirigentes máximos dos órgãos e entidades autorizados a organizar jornada laboral alternativa, no turno da tarde, das 14h às 20h, a fim de evitar a aglomeração de pessoas.

#### Seção II

#### Do Trabalho Remoto a Vulneráveis, das Férias e Licenças e da Interação Virtual

**Art. 8º** Incumbe aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual:

I – determinar, em seus respectivos âmbitos, que seus agentes públicos enquadrados em uma das situações a seguir prestem jornada laboral mediante trabalho remoto:

- a) idosos na acepção legal do termo, por contar com idade igual ou superior a 60 anos;
- b) gestantes e lactantes;
- c) aqueles que mantenham sob sua guarda criança menor de um ano;
- d) portadores de doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico.

~~II – determinar o gozo imediato de férias regulamentares e licença-prêmio, assegurada apenas a permanência de número mínimo de agentes públicos necessários a atividades essenciais e de natureza continuada;~~ (Revogado pelo Decreto 6.159, de 30 de setembro de 2020, DOE 5.696).

III – intensificar, na prestação de serviços à população e no trabalho interno, o emprego de meios virtuais que dispensem o atendimento presencial.

IV – determinar o gozo imediato de férias regulamentares, assegurada apenas a permanência de número mínimo de agentes públicos necessários a atividades essenciais e de natureza continuada; (Incluído pelo Decreto 6.175, de 29 de outubro de 2020, DOE 5.715).

o§1º O disposto no inciso I deste artigo:





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

I – vigora pelo prazo de 30 dias, podendo ser prorrogado mediante ato governamental;

II – se efetiva mediante a apresentação de documentos probantes da situação em que se encontra o agente público, considerando como meio preferencialmente indicado o protocolo de solicitação simples, por parte do interessado, direcionada ao setor de gestão de pessoal de cada unidade administrativa do Executivo Estadual, no Sistema de Gestão de Documentos – SGD.

§2º Considera-se trabalho remoto aquele definido nos termos do disposto no art. 15-A da Lei Estadual 3.421/2019, com redação dada pela Lei Estadual 3.608, de 18 de dezembro de 2019, publicada na edição 5.509 do Diário Oficial do Estado.

~~§3º O trabalho remoto pode ser autorizado a agentes públicos não enquadrados nas situações de que trata o inciso I deste artigo, submetendo-se a motivação ao exame do respectivo dirigente do órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, desde que atendido o critério de compatibilidade com as atribuições do cargo ou função ocupados e assegurada a continuidade dos serviços públicos. (Revogado pelo Decreto 6.159, de 30 de setembro de 2020, DOE 5.696).~~

~~**Art. 9º** Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos cinco dias ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de países e unidades federativas em que há transmissão do vírus da COVID-19, conforme boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, aplicam-se as seguintes medidas: (Revogado pelo Decreto 6.159, de 30 de setembro de 2020, DOE 5.696).~~

~~I – devem ser afastados do trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, pelo período mínimo de 14 dias, aqueles com sintomas de contaminação, aos quais pode ser aplicado o regime de trabalho remoto, consoante o interesse da Administração Pública, expresso pela chefia imediata, a partir da verificação de Atestado Médico;~~

~~I – se assintomáticos, respeitadas as atribuições do cargo ou função, devem receber determinação de cumprimento do regime de trabalho remoto, pelo prazo de 8 dias, a contar do retorno ao Estado ou contato ou convívio com pessoa contaminada ou suspeita; (Redação dada pelo Decreto 6.112, de 29 de junho de 2020, DOE 5.631). (Revogado pelo Decreto 6.159, de 30 de setembro de 2020, DOE 5.696).~~

~~II – devem receber determinação de cumprimento do regime de trabalho remoto, respeitadas as atribuições do cargo ou função, pelo prazo de 14 dias, a contar do retorno ao Estado ou contato ou convívio com pessoa contaminada ou suspeita, aqueles que não apresentarem sintomas de contaminação pelo vírus.~~





## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

~~II — aqueles com sintomas de contaminação, revelados até o 7<sup>º</sup> dia a contar do retorno ao Estado ou contato ou convívio com pessoa contaminada ou suspeita, devem buscar atendimento junto às unidades de saúde, com o propósito de avaliação médica e adoção dos respectivos protocolos de saúde indicados para o caso, de tudo informando ao setor de recursos humanos do órgão ou entidade de lotação, mediante apresentação de documentos via SGD. (Redação dada pelo Decreto 6.112, de 29 de junho de 2020, DOE 5.631). (Revogado pelo Decreto 6.159, de 30 de setembro de 2020, DOE 5.696).~~

**Art. 9º-A** Aos agentes públicos que apresentarem os sintomas de COVID-19 ou que tenham tido convívio com pessoa contaminada ou com suspeita de contágio, na mesma residência, notificados pela Unidade de Saúde ou Centro de Operações Estratégicas, aplicam-se as seguintes medidas: [\(Incluído pelo Decreto 6.175, de 29 de outubro de 2020, DOE 5.715\).](#)

I – se assintomáticos, respeitadas as atribuições do cargo ou função, devem receber determinação de cumprimento do regime de trabalho remoto, pelo prazo de até 8 (oito) dias, a contar da data da manifestação de sintomas da doença na pessoa contaminada ou suspeita com quem convive; [\(Incluído pelo Decreto 6.175, de 29 de outubro de 2020, DOE 5.715\).](#)

II – se sintomáticos, devem buscar imediato atendimento junto às unidades de saúde, com o propósito de avaliação médica e adoção dos respectivos protocolos de saúde indicados para o caso, informando ao setor de recursos humanos do órgão ou entidade de lotação, mediante apresentação de documentos via Sistema de Gestão de Documentos – SGD. [\(Incluído pelo Decreto 6.175, de 29 de outubro de 2020, DOE 5.715\).](#)

Parágrafo único. O retorno dos agentes públicos às atividades laborais deve acontecer em tempo imediatamente posterior ao do recebimento do resultado negativo para a COVID-19, em qualquer dos casos. [\(Incluído pelo Decreto 6.175, de 29 de outubro de 2020, DOE 5.715\).](#)

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10.** Ficam suspensos, pelo prazo de trinta dias, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos da administração pública estadual direta e indireta.

**Art. 10-A.** Incumbe à Controladoria-Geral do Estado, órgão de controle interno do Poder Executivo Estadual, acompanhar, em âmbito estadual, as aquisições ou contratações realizadas com base na Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. [\(Incluído pelo Decreto 6.138, de 14 de agosto de 2020, DOE 5.665\).](#)

**Art. 11.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 21 dias do mês de março de 2020;  
199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

### **MAURO CARLESSE**

Governador do Estado

**CEL QOBM Reginaldo Leandro da Silva**  
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros  
Militar do Estado do Tocantins - CBMTO,  
Coordenador Estadual de Proteção e  
Defesa Civil

**CEL QOPM Jaizon Veras Barbosa**  
Comandante-Geral da Polícia Militar do  
Estado do Tocantins - PMTO

**Cristiano Barbosa Sampaio**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**Luiz Edgar Leão Tolini**  
Secretário de Estado da Saúde

**Nivair Vieira Borges**  
Procurador-Geral do Estado

**Rolf Costa Vidal**  
Secretário-Chefe da Casa Civil



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### **DECRETO Nº 6.156, de 18 de setembro de 2020.**

*\*Vide Decreto 6.202, de 22 de dezembro de 2020, DOE 5.751.*

Altera o *caput* do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, que dispõe sobre a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Legislativo 6, de 2020, que, aprovado pelo Congresso Nacional, reconheceu a ocorrência de calamidade pública, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao Coronavírus (Covid-19), com efeitos até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem 93, de 18 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Legislativo 176, de 24 de março de 2020, que, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem 21, de 23 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o disposto no §1º do art. 1º da Instrução Normativa 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional;

**CONSIDERANDO** o ainda presente cenário de pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 (novo Coronavírus), conforme declarado pela Organização Mundial da Saúde, cujos efeitos ainda são contabilizados em números expressivos no Tocantins, consoante revelou o 187º Boletim Epidemiológico de Notificações da COVID-19, da Secretaria Estadual da Saúde, desta data,

### **D E C R E T A:**

**Art. 1º** O *caput* do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É declarado, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 21 de março de 2020, estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, afetado pela confirmação de casos da COVID-19 (novo Coronavírus), configurando desastre que pode ser classificado e codificado de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre - COBRADE como 1.5.1.1.0, nos termos da IN/MI 02/2016.

.....” (NR)

**Art. 2º** É prorrogada, até 31 de dezembro de 2020, a declaração de estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de setembro de 2020.



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de setembro de 2020;  
199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado

**CEL QOBM Reginaldo Leandro da Silva**  
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar  
do Estado do Tocantins - CBMTO, Coordenador  
Estadual de Proteção e Defesa Civil

**CEL QOPM Jaizon Veras Barbosa**  
Comandante-Geral da Polícia Militar do  
Estado do Tocantins - PMTO

**Cristiano Barbosa Sampaio**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**Luiz Edgar Leão Tolini**  
Secretário de Estado da Saúde

**Nivair Vieira Borges**  
Procurador-Geral do Estado

**Rolf Costa Vidal**  
Secretário-Chefe da Casa Civil



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

### DECRETO Nº 6.202, de 22 de dezembro de 2020.

Prorroga o prazo previsto no *caput* do art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelo Decreto 6.156, de 18 de setembro de 2020, que dispõe sobre a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 7º, inciso VII, da Lei Federal 12.608, de 10 de abril de 2012, c/c o art. 2º, inciso IV, do Decreto Federal 7.257, de 4 de agosto de 2010, no Decreto Federal 10.282, de 20 de março de 2020, e no inciso III do art. 2º da Instrução Normativa 2, do Ministério da Integração Nacional, de 20 de dezembro de 2016, e, e

**CONSIDERANDO** que o Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, modificado pelo Decreto 6.156, de 18 de setembro de 2020, reconheceu a ocorrência de calamidade pública, até 31 de dezembro de 2020, em razão da emergência de saúde pública relacionada à pandemia decorrente da proliferação do Coronavírus – COVID 19;

**CONSIDERANDO** que ainda persistem as razões que motivaram a referida decretação de estado de calamidade pública no âmbito do Estado do Tocantins;

**CONSIDERANDO** que vários estados, verificando-se a manutenção do mesmo cenário pandêmico de outrora, prorrogaram o estado de calamidade pública pelo prazo de cento e oitenta dias,

### DECRETA:

**Art. 1º** É prorrogado, até 30 de junho de 2021, a declaração de estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto 6.072, de 21 de março de 2020, alterado pelo Decreto 6.156, de 18 de setembro de 2020.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 22 dias do mês de dezembro de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

**MAURO CARLESSE**  
Governador do Estado

**CEL QOBM Reginaldo Leandro da Silva**  
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar  
do Estado do Tocantins - CBMTO, Coordenador  
Estadual de Proteção e Defesa Civil

**CEL QOPM Jaizon Veras Barbosa**  
Comandante-Geral da Polícia Militar do  
Estado do Tocantins – PMTO



## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**Cristiano Barbosa Sampaio**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**Luiz Edgar Leão Tolini**  
Secretário de Estado da Saúde

**Nivair Vieira Borges**  
Procurador-Geral do Estado

**Rolf Costa Vidal**  
Secretário-Chefe da Casa Civil